

O ronco da motosserra

Geografia

Enviado por: Visitante

Postado em:21/07/2011

Medições recentes do desmatamento na Amazônia indicam que as motosserras voltaram a roncar com força na floresta brasileira. Em maio deste ano, o bioma amazônico perdeu 268 km² de mata, um aumento de 150% em relação ao mesmo mês do ano passado. Os números fazem parte do Sistema Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real), um levantamento feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) a partir de imagens de satélite.

Medições recentes do desmatamento na Amazônia indicam que as motosserras voltaram a roncar com força na floresta brasileira. Em maio deste ano, o bioma amazônico perdeu 268 km² de mata, um aumento de 150% em relação ao mesmo mês do ano passado. Os números fazem parte do Sistema Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real), um levantamento feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) a partir de imagens de satélite. Uma medição paralela, desenvolvida pelo instituto de pesquisa Imazon a partir de registros da Agência Espacial Norte-Americana (Nasa), corrobora a tendência de crescimento. Entre agosto de 2010 e maio de 2011, foram detectados 1.436 km² de desmatamento – aumento de 23,6% em relação ao mesmo período imediatamente anterior. Esta medição não abrange 32% do território amazônico, que permaneceu coberto por nuvens durante o período de acompanhamento. Ou seja: a área desmatada nos últimos meses pode ser maior. Causas Duas causas são apontadas por técnicos e especialistas para explicar a aceleração do desmate um ano após o Brasil ter registrado a menor taxa histórica para 12 meses. A primeira delas é política: as discussões sobre o novo Código Florestal, que prevê anistia ao desmate realizado até a data da aprovação da lei, estimula os produtores a abrirem clareiras com mais velocidade. É um fenômeno que o advogado e engenheiro florestal Paulo de Tarso de Lara Pires, professor de Direito Florestal na Universidade Federal do Paraná (UFPR), define como “efeito perverso”. Ele explica: “A anistia é uma questão seriíssima. O governo está dando um recado para a população de que o criminoso florestal pode ser perdoado a qualquer momento. Para a educação ambiental do país, é uma atitude péssima. Parece que este problema é menos importante”, critica. Entretanto, o texto do novo Código Florestal atualmente em tramitação no Congresso Nacional não amplia a permissão para o desmate. Caso aprovado, os proprietários de terra na Amazônia continuarão obrigados a manter 80% da floresta em pé. “A derrubada está avançando por desconhecimento da lei”, avalia Pires. O segundo fator de estímulo para a aceleração é a expansão da agricultura. A discussão global sobre a necessidade de elevar a produção, aliada ao aumento do preço dos produtos agrícolas no mercado internacional, impulsionam o avanço do agronegócio sobre a cobertura vegetal. “As duas principais culturas a colaborar para esse processo são a pecuária e a soja. No mapa, percebemos mais pontos de desmatamento em regiões de fronteira agrícola, como o centro de Mato Grosso; as margens da BR-163, no trecho Cuiabá-Santarém; o Norte de Rondônia e o Sul do Amazonas”, descreve a pesquisadora Sanae Hayashi, do Imazon. A analista estima que, embora o crescimento ainda seja pequeno, o crescimento no desmatamento deve ser visto nos dados consolidados do primeiro semestre e do fim do ano. “Os alertas mês a mês servem de estímulo para o governo continuar com as ações. Ainda precisamos muito para chegar ao desmatamento zero”, lembra. Oficial O governo federal é receoso em admitir uma reversão da tendência de queda do desmatamento. O Sistema

Deter, argumenta o Inpe, foi desenvolvido para servir de alerta e prevenção ao corte da madeira. O instituto desaconselha análises entre períodos, por avaliar que os dados não são refinados o suficiente para esse tipo de comparativo. Um acompanhamento em “tempo real”, argumenta o órgão, obriga o descarte de áreas cobertas por nuvens ou desmatamentos menores de 0,25 km², o que impossibilitaria uma comparação entre diferentes medições. O número que baliza as ações de longo prazo do governo é calculado pelo Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes), que usa imagens em melhor resolução. Este levantamento é divulgado uma vez ao ano, com dados acumulados de 12 meses. Em 2010, segundo relatório mais recente, o Brasil registrou 6,45 mil km² de desflorestamento – a menor taxa desde 1988, e que representa uma queda contínua iniciada em 2005. O pico histórico ocorreu em 1995, quando 29 mil km² da Amazônia foram derrubados. Esta notícia foi publicada em 08/07/2011 do sítio Gazeta do Povo . Todas as informações nela contida são de responsabilidade do autor.